

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 5, Número 2, Outubro de 2016

A Desconexão Democrática

Roberto Stefan Foa e Yascha Mounk

Devemos nos Preocupar?

Ronald F. Inglehart

**O Renascimento Maoísta
de Xi Jinping**

Suisheng Zhao

**O Ataque aos Tribunais
Pós-Comunistas**

Bojan Bugaric e Tom Ginsburg

**O Supremo, a Incerteza Judicial
e a Insegurança Jurídica**

Joaquim Falcão

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN



CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ASSESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA

Isadora Carvalho

Apresentação

Este número do Journal of Democracy em Português começa com dois artigos sobre o aumento do número de cidadãos insatisfeitos com a democracia nos países desenvolvidos. Este é um fenômeno que se tornou visível nos últimos anos nos Estados Unidos e na Europa, na esteira de candidaturas como a de Donald Trump e Marine Le Pen.

Em “A desconexão democrática”, Roberto Stefan Foa e Yascha Mounk utilizam dados do World Values Survey, entre 1995 e 2014, para destacar três tendências concomitantes e associadas: nesse período, cresce a avaliação negativa sobre a democracia, se eleva o ceticismo quanto a ser possível melhorá-la por meio da participação política e sobe a preferência por regimes não democráticos. Essas tendências são mais acentuadas entre os mais jovens. Nos Estados Unidos, em 1995, 16% das pessoas entre o final da adolescência e o início da vida adulta consideravam a democracia um regime “ruim” ou “muito ruim”. Em 2011, 24% dos jovens nessa faixa de idade tinham a mesma opinião. Na Europa, no mesmo período, esses percentuais variaram de 8% para 13%. A análise dos dados leva os autores a sustentar a hipótese de que poderia estar acontecendo uma “desconsolidação democrática” nos países em que as democracias há mais tempo e mais profundamente se enraizaram.

Em “Devemos nos Preocupar?”, Ronald Inglehart polemiza com Roberto Stefan Foa e Yascha Mounk. Utilizando a mesma base de dados, chega a conclusões menos pessimistas. Ele chama a atenção para o fato de que ao longo dos últimos anos se expande sistematicamente, nos países desenvolvidos e também em desenvolvimento, a opinião favorável à igualdade de direitos entre homens e mulheres, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, ao respeito aos direitos humanos. Segundo Inglehart, essa tendência apontaria para mudan-

ças mais profundas nas crenças e valores dos indivíduos. Seriam por isso mais duradouras do que a perda de apoio à democracia detectada no mesmo survey. O cenário mais sombrio apresentado por Roberto Stefan Foa e Yascha Mounk corresponderia antes a tendências observadas nos Estados Unidos do que na Europa. Não apenas o percentual de jovens europeus que considera essencial viver numa democracia é significativamente maior do que nos Estados Unidos, como também a diferença entre a opinião deles e a dos mais velhos a esse respeito é muito menor no velho continente, observa Inglehart. Ou seja, a adesão à democracia é mais alta e mais estável na Europa.

Nos Estados Unidos, a menor transmissão de valores democráticos da geração mais velha para a geração mais nova refletiria três fenômenos tipicamente americanos: o aumento drástico da desigualdade social e da influência dos mais ricos sobre a elite política de Washington e a dificuldade cada vez maior demonstrada por Democratas e Republicanos para estabelecer acordos e fazer o governo funcionar. Para o autor, a democracia, por ser um regime suscetível ao interesse da maioria, oferecerá ela própria o remédio para esses males: mais cedo ou mais tarde uma agenda favorável à redução das desigualdades sociais e da influência dos mais ricos sobre a elite política acabará por prevalecer eleitoralmente.

Dos Estados Unidos e da Europa, este número se desloca em seguida para a China. Ali se encontra um “líder forte que não precisa se preocupar com eleições e parlamentos”. Trata-se do presidente chinês Xi Jinping. Ao chegar ao poder em 2012, ele despertou a esperança dos liberais chineses: as reformas econômicas – desaceleradas sob Hu Jintao, entre 2003 e 2012 – ganhariam novo impulso e a liberalização política do regime avançaria. Nas palavras de Suisheng Zhao, autor de “O Renascimento Maoísta de Xi Jinping”, o terceiro artigo deste número, “o sonho dos liberais se mostrou uma ilusão”. As reformas não decolaram e a liberalização política – que evoluiu lenta e parcialmente sob Jiang Zeming, entre 1993 e 2003, e Hu Jintao - deu marcha à ré.

O cientista político chinês, que dá aulas na Universidade de Denver, analisa a política de concentração de poder e a campanha ideológica promovidas por Xi Jinping, o primeiro líder chinês a enfeixar em suas mãos a Presidência da República, a Secretaria-geral do Partido Comunista e a chefia das Forças Armadas, desde Mao Tsé-tung. Ocupando essas três posições estratégicas, Xi lançou uma ampla iniciativa anticorrupção que já levou ao encarceramento ou demissão de milhares de dirigentes partidários. A iniciativa responde à insatisfação popular com a corrupção dentro do Partido Comunista. Para o todo-poderoso presidente chinês, serve também para conter, pela ameaça, qualquer tentativa de oposição à sua liderança nas fileiras do partido. Outro meio para conter dissidências dentro e fora do Partido Comunista é a censura sobre a imprensa, as mídias sociais e a universidade. O alvo é a disseminação de ideias “subversivas”, associadas ao Ocidente: a democracia constitucional, os direitos humanos, a independência da mídia e da sociedade civil, entre elas.

Segundo Zhao, a “China passa hoje por uma mini reprise da Revolução Cultural”, referência ao período de exacerbação ideológica e da repressão política que Mao Tsé-tung liderou entre 1966 e 1969, somente encerrado de fato com a sua morte em 1976. Mais do que uma demonstração de força, o renascimento maoísta de Xi Jinping é “uma confissão embaraçosa da fragilidade do regime neste século 21, em uma China marcada pelos temores da desaceleração econômica”, escreve Zhao.

Os artigos que completam este número dizem ambos respeito ao poder de tribunais constitucionais. Em “Ataque aos tribunais pós-comunistas”, Borjan Bungaric e Tom Ginsburg escrevem sobre as investidas de governos iliberais da antiga Europa do Leste contra esses órgãos do Poder Judiciário. Os ataques visam fazer dos Tribunais Constitucionais instituições decorativas, incapazes de impedir a execução de políticas antagônicas ao Estado de Direito. Coalizões de partidos populistas e xenófobos têm obtidos vitórias eleitorais na antiga

Europa do Leste, reavivando velhos fantasmas como o antissemitismo e o preconceito contra ciganos e homossexuais e insuflando novos, contra refugiados e imigrantes árabes. O mais preocupante, dizem os autores, é que os dois mais importantes países da região, Polônia e Hungria, têm hoje governos desse naipe (a Hungria, desde 2010). A dificuldade da União Europeia em influenciar os governos e os eleitorados dos países da antiga Europa do Leste poderá torná-los cada vez mais parecidos com a Rússia e diferentes do restante da Europa, concluem Bungaric e Ginsburg.

Se o poder dos tribunais constitucionais se esvazia na Polônia e na Hungria, no Brasil observa-se o oposto. É o que afirma Joaquim Falcão, diretor da Escola de Direito da FGV-RJ, em seu artigo “O Supremo, a incerteza judicial e a insegurança jurídica”, que inaugura a seção de autores brasileiros do Journal. O poder do STF, argumenta, emana não apenas dos dispositivos constitucionais, mas também da possibilidade de seus ministros escolherem quando e o que deve ser objeto de decisão final pelo tribunal. A Constituição dá amplo poder interpretativo ao STF ao dizer que deve ser declarada inconstitucional qualquer lei tendente a abolir as chamadas cláusulas pétreas, formuladas em termos vagos. Já o poder de decidir quando e o que julgar é magnificado pela quantidade de processos que chega ao STF, pela inexistência de controle sobre os prazos para decisão final sobre eles e, claro, pelo impacto das decisões e não decisões do Supremo sobre a vida econômica e política do país.

Um bom exemplo, escreve Falcão, são os mais de 957 mil casos referentes aos índices de correção das cadernetas de poupança, parados na primeira instância, aguardando decisão do Supremo. A causa remonta a planos econômicos editados há mais de trinta anos e os valores envolvidos somam R\$ 2,5 bilhões. Em suas palavras, “essa não decisão afeta o princípio da separação de poderes e se transfigura em verdadeira política econômica do Supremo”.

Falcão sustenta estar nas mãos do STF a competência para adotar medidas que desestimulem a litigância constitucional, em particular a apresentação de recursos, que representaram 80% dos novos processos ingressados no tribunal entre 2011 e 2015; limitem a duração dos pedidos de vistas e controlem o prazo para término da relatoria de processos (em média 231 dias, para casos no campo do direito tributário). Se adotadas, essas medidas tornariam o processo decisório mais previsível. Por que não o são? Porque, para o autor, elas diminuiriam o poder político do Supremo, um poder paralelo e informal, não previsto na Constituição.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto
Diretores de Plataforma Democrática

O Renascimento Maoísta de Xi Jinping*

Suisheng Zhao

Suisheng Zhao é professor da Josef Korbel School of International Studies da Universidade de Denver. É diretor executivo do Centro de Cooperação China-EUA da universidade e editor do Journal of Contemporary China.

Quando Xi Jinping tornou-se o supremo líder da República Popular da China (RPC) em 2012, alguns intelectuais chineses com inclinação liberal ousaram sonhar que ele se tornaria um defensor da causa da reforma política. Os mais otimistas achavam que ele poderia até mesmo tentar limitar o monopólio de poder há muito exercido pelo Partido Comunista da China (PCC). Afinal, Xi não havia se livrado de Bo Xilai, o ambicioso membro do Politburo do PCC que usou a retórica do passado revolucionário e liderou um movimento para reviver os ensinamentos do presidente Mao Tsé-tung (1893-1976), o fundador da RPC?

No entanto, o sonho dos liberais se mostrou ilusão. Após tornar-se um dos líderes mais poderosos na história da RPC, Xi lançou a maior campanha ideológica já vista pela China desde que Mao esteve no poder. A ideologia de Xi é uma mistura de comunismo, nacionalismo e leninismo que busca fortalecer e disciplinar o PCC, reforçar seu controle sobre o país, manter a estabilidade política e (de maneira menos clara) realizar o “sonho chinês” de rejuvenescimento nacional.

*Publicado originalmente como “Xi Jinping’s Maoist Revival”, *Journal of Democracy*, Volume 27, Número 3, Julho de 2016 © 2016 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

Xi está tentando reviver o comunismo enquanto ideologia oficial porque seu desaparecimento durante as reformas que seguiram a morte de Mao não apenas erodiu a legitimidade do PCC e enfraqueceu seu apoio pelas massas como também levou alguns intelectuais chineses a se voltar em direção ao liberalismo ocidental como alternativa. O nacionalismo encontra lugar na ideologia oficial não apenas porque Xi é fortemente nacionalista, mas também porque a lealdade do povo chinês sempre esteve associada ao nacionalismo, um valor compartilhado tanto pelo regime quanto por seus críticos. Mas o nacionalismo é uma faca de dois gumes: mobiliza as pessoas de um Estado, mas também dá a elas uma base para avaliar seu desempenho. Se líderes não forem capazes de cumprir suas promessas nacionalistas, tornam-se vulneráveis a críticas nacionalistas. Mesmo hoje, o regime se vê forçado a oferecer respostas a uma profusão de sentimentos nacionalistas que se tornaram proeminentes nas redes sociais chinesas.¹ O leninismo, com sua ideia central de “centralismo democrático” (na verdade, mais centralista do que democrática), ganha uma importância renovada nesse clima de emocionalismo nacionalista, ao oferecer uma maneira de manter o controle: o leninismo ensina tanto os membros do PCC quanto os cidadãos comuns que manter-se fiel à disciplina e à política do partido deve ser valorizado acima de tudo.

A campanha ideológica de Xi tem deixado os intelectuais liberais profundamente preocupados. Eles temem o retorno a um estilo unisonante como o de Mao, que censure ideias ocidentais e imponha uma ortodoxia oficial. Mas Xi não pode se tornar um “novo Mao”. Não está sob seu poder o retorno a um estado de coisas no qual a legitimidade política se concentre nas mãos de um único líder carismático. A repressão movida pela ideologia não oferece uma solução de longo prazo para os problemas da China e nem pode durar para sempre. Ainda assim, Xi têm a intenção de fazer tudo o que estiver a seu alcance para impulsionar a legitimidade do regime do PCC, com uma ênfase

maoísta no poder político centralizado e no controle ideológico. A um observador externo e desapaixonado, a manobra de Xi parece menos uma demonstração de força que uma confissão embaraçosa de fragilidade do regime neste século 21, com uma China marcada pelos temores da desaceleração econômica, para não falar dos enfrentamentos com liberais impacientes e um público frustrado pela corrupção desenfreada.

O início da campanha ideológica pode ser datado do final de 2012, quando os nove membros do Comitê Permanente do Politburo do PCC escolheram Xi para ser o secretário-geral do Partido e o presidente de sua Comissão Militar Central (na prática, o comandante-chefe das forças armadas chinesas). Em março de 2013, a Assembleia Nacional Popular (ANP, o parlamento da RPC) elegeu-o presidente da República Popular da China. A ANP possui quase três mil membros. Houve um voto contra Xi e três outros legisladores se abstiveram. Mas a presidência é considerada uma posição meramente cerimonial, útil no exterior durante visitas de Estado, e Xi não esperou assumir o cargo para deixar algumas coisas claras, pelo menos domesticamente. No início de dezembro de 2012, logo após tornar-se o secretário-geral do PCC, fez um pronunciamento (posteriormente vazado) dirigido a integrantes do Partido no qual alertou que o Partido Comunista da União Soviética — um partido maior, proporcionalmente, do que o da China — havia entrado em colapso porque “ninguém foi homem o bastante para enfrentar e resistir” sua queda.²

Para evitar sina semelhante na RPC, Xi delineou alguns marcos importantes, dessa vez publicamente. Em 5 de janeiro de 2013, apresentou sua ideia de “dois [conceitos] incontestáveis”, insistindo que “não se deve usar o período histórico posterior às reformas econômicas [de 1978] para negar o período histórico anterior às reformas econômicas, e não se deve usar o período histórico anterior às reformas econômicas para negar o período histórico posterior às reformas econômicas”. Em outras palavras, ele rejeitou a ideia de dividir a história

da RPC em uma Era Mao e uma Era Pós-Mao, insinuando que tal divisão acabaria denegrindo Mao e chegaria perigosamente perto de negar a legitimidade do governo do PCC como um todo. Xi nasceu em 1953, tornando-o o primeiro supremo líder cujo nascimento sucede o da RPC em 1949 (seus dois antecessores nasceram em 1926 e 1942, respectivamente). Ele pertence ao grupo dos “príncipes”, como são chamados os filhos da primeira geração de líderes da RPC. Ciente dos riscos que acompanham as mudanças geracionais, foi cuidadoso ao defender o legado de Mao e retratou a RPC ostentando um histórico de impressionantes realizações que remontam à sua fundação.³

Depois, em 17 de março de 2013, Xi apresentou suas “três convicções”. Falou da convicção 1) na teoria do “socialismo com características chinesas”; 2) no caminho atual da China; e 3) no atual sistema político. Essa foi sua resposta às “três crises de confiança” (no socialismo, no marxismo e no Partido) que haviam brotado da revisão do maoísmo instituída por Deng Xiaoping quando supremo líder do país (1978-92). Xi enfatizou — sem deixar margem para dúvidas — que o PCC possuía um direito histórico de governar a China.

Desde então, Xi vem divulgando mais comunicados sobre a batalha ideológica. Geralmente apresentados como diretivas ao Partido, circularam amplamente online. O mais notório, de abril de 2013, é conhecido como o “Documento Número 9”. Trazendo a marca inconfundível de Xi e aludindo a ideias e táticas maoístas do Partido, o documento ordena que as autoridades combatam a disseminação de ideias subversivas na sociedade chinesa. São sete ideias cuja circulação deve ser proibida. Entre os tópicos proibidos estão a democracia constitucional ocidental, valores universais de direitos humanos, noções ocidentais de independência da mídia e da sociedade civil, um neoliberalismo ardentemente pró-mercado e críticas “niilistas” ao passado traumático do PCC. Em agosto de 2013, Xi fez outro pronunciamento amplamente divulgado, durante uma conferência nacional de propaganda ideológica. Argumentando que a desintegração de um regime geralmente

começa no campo das ideias, e reclamando de uma intensificação da “invasão” cultural e ideológica pelo Ocidente, Xi afirmou que todo o Partido, e em especial seus líderes, devem empreender um esforço ideológico para evitar “erros históricos irreparáveis”.⁴

Xi fez uso de imagens, retóricas e estratégias maoístas para elevar sua própria estatura e despertar novamente o apoio público ao Partido. Mao Tsé-tung, aparentemente relegado às estantes empoeiradas dos livros de história por Deng e suas reformas, foi resgatado e colocado novamente em uma posição de reverência como o unificador da nação. Em uma coletânea de discursos divulgados após a realização do 18º Congresso do Partido Comunista da China em novembro de 2012, Xi urgiu os membros do Partido a abraçar o “pensamento de Mao Tsé-tung” para evitar que a China mergulhasse no caos. Em 26 de dezembro de 2013, Xi prestou homenagens ao 120º aniversário do nascimento de Mao, saudando-o como “uma grande figura que mudou a cara da nação e conduziu o povo chinês a um novo destino”.⁵

Seguindo a cartilha de Mao, Xi lançou uma campanha para fazer valer a autoridade do PCC. Remetendo-se à Era Mao, quando funcionários do governo eram obrigados a se “aproximar das massas” e a se familiarizar com suas necessidades e demandas, Xi instou os quadros do partido a “focar na autopurificação, autoajuda, autorreinvenção e autoconsciência” ou, como ele próprio colocou de maneira mais simples, “olhe bem para o espelho, penteie o cabelo, tome um banho e se arrume”. A evocação do movimento de “retificação” ao estilo de Mao — uma tática utilizada pelo “grande timoneiro”¹ quando queria eliminar rivais e impor a disciplina ideológica — era inconfundível. Xi, como observaram alguns analistas, estava “encorajando os membros linha-dura que o haviam saudado como um legítimo sucessor de Mao Tsé-tung”.⁶

1 *The Great Helmsman* é uma peça do dramaturgo americano David Henry Hwang sobre Mao Tsé-tung. (N. T.)

O ressurgimento dos maoístas

Entre os aclamados pela campanha ideológica de Xi estavam os ideólogos maoístas, que se dividiam em dois grupos. Um poderia ser descrito como uma rede independente de admiradores de Mao, incluindo funcionários e ex-funcionários do governo, alguns dos filhos dos veteranos do Partido e acadêmicos e jornalistas fortemente antiocidentais. O outro é uma variação da “nova esquerda” que não apenas nutre um sentimento nostálgico em relação a Mao como também se sente encorajada pela crítica ao “capitalismo descontrolado” personificado pelos experimentos de Bo Xilai enquanto dirigente do PCC em Chongqing. Maoístas de ambos os grupos veem os preceitos de Mao como uma alternativa às mudanças orientadas ao mercado e à disseminação de valores subjacentes, anátemas ao Partido e suas tradições. A influência direta de maoístas sobre a liderança do PCC tem sido limitada, mas isso não os impediu de agir como inquisidores, ansiosos para perseguir acadêmicos liberais, jornalistas e ativistas dos direitos humanos.

Quando o Comitê Permanente do Politburo expulsou Bo de seu cargo (e, por fim, do Partido) em 2012, seus seguidores tornaram-se oficialmente suspeitos e alguns de seus websites e publicações foram fechados. Mas à medida que a campanha ideológica de Xi ganhava *momentum*, a facção de Bo viveu uma espécie de retorno. Citando os “dois [conceitos] incontestáveis” de Xi, seus membros argumentaram que os legados de Mao e Deng são complementares: enquanto aquele trouxe igualdade, bem como uma versão forte e “espiritual” de identidade chinesa, este e seus sucessores criaram uma sólida base econômica. Ainda assim, alertaram os simpatizantes de Bo, a construção dessa base havia produzido um alto custo em termos de desarticulação social e espiritual, enquanto a reforma e a abertura haviam levado à perda do controle ideológico pelo PCC.

Esses alertas serviram como o contexto para a popularização de um novo termo — “destruidores de panela”. Essa expressão se re-

feria àquelas pessoas sustentadas pelo PCC que, ao mesmo tempo, tentavam destruir os meios pelos quais o Partido oferecia aquele sustento. De acordo com os maoístas, qualquer membro do Partido — não importa o escalão — que ameaçava a panela de cozinhar do Partido deveria ser proibida de comer em seu prato. Wang Weiguang, presidente da Academia Chinesa de Ciências Sociais, ameaçou usar a “ditadura do proletariado” para travar uma “guerra de classes”. No começo de 2014, o jornal *People's Daily* até mesmo reviveu uma antiga metáfora maoísta ao se referir à empunhadura de uma espada, dizendo: “Órgãos políticos e jurídicos, enquanto órgãos do poder do Estado da ditadura democrática popular, são uma espada empunhada pelo Partido e pelo povo”.⁷

A campanha ideológica de Xi o destacou em relação a seus antecessores imediatos, Hu Jintao (2002-12) e Jiang Zemin (1989-2002). Estes haviam escolhido minimizar a ideologia e tolerar — no limite do possível — a expressão de ideias liberais. Sob Xi, as coisas eram diferentes. Uma análise de notícias da imprensa usando a busca avançada do site Baidu.com, a ferramenta de busca mais utilizada na China, mostra que, sob Jiang e Hu, termos como “valores universais”, “constitucionalismo”, “sociedade civil”, “política democrática” e “democracia intrapartidária” eram populares, mas estavam sendo buscados muito menos em 2013. “Valores universais” e “constitucionalismo” ainda apareciam, mas normalmente em contextos negativos. “Pensamento de Mao Tsé-tung”, por sua vez, estava se tornando mais comum à medida que o discurso político endurecia.⁸

Nos anos 1990, a mídia chinesa havia se tornado mais livre após o Estado reduzir seu financiamento e pedir para que os meios de comunicação tentassem se autofinanciar por meio da receita de publicidade e de assinaturas. Ao buscar matérias para cobrir, jornalistas começaram a denunciar a injustiça social, corrupção, degradação ambiental e crises de saúde pública. Embora nunca estivesse em discussão a liberdade de imprensa como se conhece no Ocidente, a mídia chinesa se

questionava se a “supervisão pela opinião pública” (a versão chinesa do “jornalismo investigativo” ocidental) deveria sempre se sujeitar ao Partido e a suas demandas políticas.

Xi Jinping quer trilhar o caminho de volta. Pressiona jornalistas a parar de criticar o PCC, exigindo que eles “falem com uma só voz” e pratiquem um “jornalismo positivo” apoiando as políticas do Partido. Em seu pronunciamento de agosto de 2013, chegou a dizer claramente que “políticos deveriam dirigir os jornais”.

Um de seus primeiros alvos foi a conhecida publicação liberal *Southern Weekly*. Censores estatais alteraram completamente o editorial sobre o Ano Novo chinês de 2013, originalmente intitulado “O sonho chinês: o sonho do constitucionalismo”. Todas as dezoito menções a constitucionalismo foram eliminadas, e os censores incluíram erros factuais embaraçosos no novo texto, que os editores da revista nunca tiveram a chance de revisar. Em resposta, funcionários da *Southern Weekly* organizaram um protesto que durou dias, que ganhou as manchetes internacionais e gerou protestos por todo o país defendendo a liberdade de expressão. Mas, no final, o editor foi substituído por um funcionário da máquina de propaganda do governo e a outrora franca revista acabou alinhada ao Partido, publicando apenas histórias positivas. Tuo Zhen, o funcionário do PCC que desempenhou um papel-chave na edição do editorial de Ano Novo, foi promovido em 2015, outro sinal de que o Partido e o Estado permaneceram comprometidos com o controle mais rígido da mídia.

Para garantir sua obediência, editores e repórteres por toda a China agora são obrigados a participar de um treinamento ideológico que apresenta a “visão marxista” do jornalismo. Precisam até mesmo passar numa prova de múltipla escolha que testa seus conhecimentos sobre uma miríade de slogans do PCC. Enquanto correspondentes estrangeiros que criticam líderes chineses enfrentam dificuldade cada vez maior de renovar seus vistos, jornalistas chineses agora correm o

risco de serem demitidos e até mesmo presos caso publiquem histórias que violem a política do Partido Comunista. No espírito dissuasório, o regime fez da jornalista dissidente Gao Yu um exemplo, sentenciando-a a nove anos de prisão por supostamente vazar segredos de Estado (o “Documento Número 9”) a contatos estrangeiros em 2014.

Restringindo o ambiente informacional

Ciente da importância das redes sociais e da internet, com sua capacidade de fazer as histórias “viralizarem”, o governo buscou colocar suas mãos em praticamente todas as partes do mundo digital na China. Assumindo pessoalmente a recém-formada Administração do Ciberespaço em 2014, Xi defendeu que a China se tornasse uma superpotência digital, capaz de conter o que vê como forças contrárias à China vindas do Ocidente e seus planos de subversão digital da RPC. Para tanto, Pequim insiste no conceito de “soberania do ciberespaço”, pleiteando o direito de cada Estado de regular seu próprio ciberespaço e gerir o fluxo de informações entrando, circulando ou saindo de seu país, na medida em que novas tecnologias de informação e comunicação rompem barreiras geográficas e temporais e eliminam as distinções entre autor e consumidor de notícias e informações. Esse conceito vislumbra um mundo virtual no qual as autoridades patrulham o discurso online como se policia uma fronteira, mantendo o inimigo fora e afastando centenas de milhões de chineses que acessam regularmente a rede — o maior grupo de usuários de internet do mundo — do grande repositório global e interconectado de informações.

O controle sobre a internet aplica-se tanto ao conteúdo quanto à tecnologia. O partido-Estado emprega mais de dois milhões de pessoas — seu “exército da internet” — para promover as narrativas do regime e bloquear todo conteúdo online “prejudicial”. Além de polícia e censores online, há produtores de conteúdo como o “Partido dos 50 Centavos”, um grupo de jovens familiarizados com a internet que varre a rede em busca de notícias e opiniões negativas sobre a RPC e

as refuta com informações positivas. Seu nome vem da conhecida taxa cobrada por cada pequena tarefa dessa empreitada: cinquenta centavos chineses para cada post. Em julho de 2015, o governo divulgou um projeto de lei de cibersegurança, que supostamente fortaleceria a privacidade dos usuários contra hackers e revendedores de dados, mas também dava mais poder às autoridades para investigar e bloquear informações consideradas ilegais. Um mês depois, o ministro da Segurança Pública anunciou a instalação de “delegacias de crimes cibernéticos” dentro de importantes websites e empresas de internet para “identificar condutas criminosas online o mais cedo possível”.⁹

Esses esforços dão resultado: em setembro de 2013, a polícia de Pequim prendeu Charles Xue, um empresário e proeminente blogueiro sino-americano. A acusação oficial foi a de contratar serviços de prostituição, mas o verdadeiro crime de Xue foi seu costume de compartilhar suas reflexões sobre corrupção e reforma política com seus mais de doze milhões de seguidores no Weibo, a versão chinesa do Twitter. Após sua prisão, Xue sofreu humilhação pública ao ser obrigado a apresentar em rede de televisão uma confissão de seus “crimes”.

Ansiosa por controlar a tecnologia da internet, Pequim fez uso de política industrial e até financiamento direto para desenvolver uma indústria nacional de semicondutores e servidores, trabalhando com a gigante de comércio eletrônico Alibaba, o conglomerado online Tencent e o agregador de informações Sina. Redes privadas virtuais (VPNs) foram fechadas e o Grande Firewall da China coloca-se entre os usuários chineses da internet e quaisquer sites que as autoridades julguem “sensíveis”. Conseqüentemente, os sites que as pessoas ao redor do mundo usam para se manterem conectadas, incluindo o Gmail e outros serviços do Google (ex.: YouTube), Facebook e Twitter, geralmente estão indisponíveis na China. Em seu lugar há equivalentes chineses fortemente monitorados, como Baidu, Sina Weibo, Wechat, QQ, Youku e Renren, onde críticas ao Partido são censuradas e podem até mesmo acabar em interrogatório ou prisão.

As redes sociais exclusivas da China não são um fenômeno espontâneo, mas criações de um partido-Estado que busca manter um controle centralizado ao mesmo tempo em que atende uma demanda popular por comunidades online. Para criar um clima de medo e, como consequência, autocensura, o governo exige que todos os usuários de internet que vivem na China se registrem utilizando seu nome verdadeiro. O anonimato, uma característica tão proeminente nas redes sociais de muitos países, não é permitido na RPC. Os usuários sabem que vivem em uma sociedade vigiada e são alertados sobre os perigos de acessar “conteúdo prejudicial” ou websites proibidos. As autoridades frequentemente suspendem ou fecham contas que postam conteúdo proibido. Cybercafés são responsabilizados por atividades de seus clientes.

Os usuários chineses de internet chamam a rede disponível a eles de LAN (rede local), na medida em que ela se torna ainda mais isolada. Num jogo de palavras, eles parodiam os onipresentes pôsteres do PCC onde se lê “Apenas o Partido torna a China forte” com a expressão “Apenas o Partido torna a China murada” — em chinês, a palavra para “forte” e a palavra para “muro” possuem sons similares. Um blogger chinês alerta: “o muro cerca uma prisão informacional chinesa, onde a ignorância promove ideologias de ódio e violência. Se o firewall existir indefinidamente, a China irá novamente transformar-se no que já foi um dia: um Estado isolado, mesquinho, beligerante e fora-da-lei”.¹⁰

Propaganda no campus

Outro alvo da campanha ideológica é o Ensino Superior. O currículo e o discurso nas universidades chinesas sempre foram rigidamente controlados, embora, de vez em quando, estudantes e professores ofereçam resistência contra os limites impostos. Embora essa resistência tenha criado espaço para uma expressão mais livre durante as eras de Jiang Zemin e Hu Jintao, a máquina da propaganda ideológica sob Xi

trabalhou intensamente para impor uma “retificação” do Ensino Superior: os campi não servem para exemplificar diversidade, mas uniformidade de pensamento.

A campanha de retificação teve início em 13 de novembro de 2014, quando os editores do *Liaoning Daily*, um jornal do nordeste do país comandado pelo PCC, publicaram uma carta aberta acusando professores universitários de todo o país de uma postura ideologicamente frouxa e abertamente “negativa” em relação à China. Os editores alegaram que a história tinha origem em um post na web que receberam de uma estudante que se sentiu estimulada a escrever após o jornal, em outubro de 2014, pedir a seus leitores que respondessem à pergunta: “Como a China deveria ser discutida na sala de aula das universidades?”. A estudante alegou que sempre ouvia “coisas ruins” sobre a China em suas aulas, e que seus professores constantemente usavam a RPC como um exemplo negativo.

Os editores disseram ter ficado intrigados sobre quão comum era aquela experiência e, para descobrir, enviaram repórteres a vinte escolas em cinco cidades. Esses repórteres participaram como ouvintes de quase cem cursos durante um período de duas semanas. Sua conclusão foi que muitos professores eram bastante críticos em relação à sociedade chinesa e ao Partido e bastante elogiosos em relação a ideias ocidentais. O jornal posteriormente alegou ter os resultados de uma pesquisa nas redes sociais na qual 80% dos estudantes universitários disseram haver conhecido professores — especialmente nos campos do Direito, Administração, Economia, Filosofia e Ciências Sociais — “propensos a se queixar” e “denegrir” a reputação da China. O fenômeno de “zombar da China” era real e digno de preocupação, concluíram os editores. O problema era uma falta de “três identidades” nas salas de aula universitárias: identidade teórica com a história e a ideologia do PCC, identidade política com o PCC e identidade emocional com o PCC e suas políticas.¹¹

Muitos comentaristas nas redes sociais acharam a reportagem do *Liaoning Daily* uma invasão perigosa sobre liberdades acadêmicas que já se encontravam sob séria ameaça. Xi não concordava. Dando sua opinião durante uma conferência do Partido sobre Ensino Superior em dezembro de 2014, pediu “energia positiva” e uma “atitude inteligente” em relação ao PCC e à RPC, instando o Partido a transformar as universidades em um viveiro de estudos marxistas. Em 19 de janeiro de 2015, o Comitê Central do PCC e o Conselho de Estado circularam (como “Documento Número 30”) um resumo dos discursos de Xi, nos quais ele demandava que o Partido fortalecesse seu controle sobre as universidades e expurgasse ideias liberais inspiradas no Ocidente. Pedindo para que o Partido “não tivesse medo de desembainhar a espada e assumir sua responsabilidade enquanto guardião do solo”, o documento exigia que professores e estudantes universitários abraçasse as “três identidades” para se alinhar ao regime comunista. Livros-texto teriam que ser padronizados e o treinamento político dos docentes se intensificou. Assuntos relacionados ao estudo da sociedade — Economia, Ciência Política, Direito, Jornalismo, Sociologia e Estudos Étnicos — precisavam ser trabalhados de uma maneira politicamente correta a todo momento.¹²

Para implementar as demandas de Xi, o ministro da Educação Yuan Guiren propôs, no final de janeiro de 2015, “dois reforços”, que se resumiam à restrição do uso de fontes acadêmicas ocidentais e à inserção mais contundente da ideologia comunista oficial nas universidades. “As universidades não podem jamais permitir o ensino de conteúdo pregando valores e preceitos ocidentais em nossas salas de aula”, disse o ministro, “nem podem tolerar em seu campus calúnia e difamação contra os líderes do Partido e contra o socialismo”. Sua referência a “calúnia e difamação” era voltada a intelectuais que ousavam criticar o PCC e demandar publicamente uma democracia constitucional. Yuan alertou que jovens professores e estudantes são particularmente suscetíveis à infiltração por forças hostis e que o partido precisa permanecer vigilante contra “riscos ideológicos”.¹³

Após o discurso de Yuan, o Ministério da Educação pôs-se a trabalhar. No início de março, avisos começaram a circular pelos estabelecimentos educacionais da China, de universidades em Pequim a departamentos regionais de educação. O ministro queria que funcionários e professores preenchessem formulários contando o que sabiam sobre “livros-textos estrangeiros”, um termo que inclui tanto livros publicados no exterior quanto livros originalmente escritos em línguas não chinesas e posteriormente traduzidos e publicados na China. Professores tinham que listar tais livros e depois detalhar os tipos de cursos que os empregavam, o quanto esses cursos representavam em relação ao currículo completo, os canais pelos quais os livros haviam sido adquiridos e os procedimentos que as escolas adotavam para aprova-los para uso em sala de aula. Os principais alvos eram as ciências sociais e as humanidades.¹⁴

Como parte de sua campanha, o regime, em julho de 2015, decretou que funcionários de alto escalão de todas as esferas de governo teriam que dar uma aula formal para estudantes universitários ao menos uma vez por semestre. Todo funcionário designado teria que submeter um rascunho de sua aula para burocratas da máquina de propaganda política do governo duas semanas antes da palestra, para que pudessem verificar que tópicos como o “socialismo com características chinesas”, o “sonho chinês” e importantes discursos de Xi Jinping receberiam a atenção merecida. As palestras começaram no início de setembro de 2015, quando o secretário do PCC da província de Guizhou falou aos estudantes da Universidade de Guizhou.

A campanha surtiu um efeito inibidor na academia chinesa: docentes passaram a se autocensurar ou evitar certos tópicos. Justiceiros ideológicos derrubaram alguns professores. Wang Congsheng, um professor de Direito em Pequim, foi detido e depois suspenso após postar críticas online ao Partido. Wang Congsheng, professor de Jornalismo na Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim, foi retirado da sala de aula e relegado a trabalhos administrativos por defender um

jornalismo de estilo ocidental e associar-se a grupos liberais da sociedade civil. Lealdade política tornou-se um dos principais fatores a se considerar não apenas quando uma universidade contrata um professor, mas também quando aceita um aluno. Em 2016, o Ministério da Educação passou a exigir, pela primeira vez, que as universidades exigissem que candidatos aprovados no exame escrito tivessem que participar de uma entrevista individual para testar sua aptidão política. As universidades foram autorizadas até mesmo a enviar investigadores às cidades dos candidatos para observar suas atitudes políticas. No nordeste da China, uma escola tornou-se tamanha entusiasta da nova conformidade ideológica que, quando 2015 chegava no fim, decidiu banir qualquer observância do Natal, chamando-o de uma celebração “kitsch” imprópria às tradições chinesas, obrigando, em seu lugar, estudantes a assistir a filmes de propaganda comunista.

O *novo novo* autoritarismo?

Presidindo durante a mais severa e contínua repressão à liberdade de expressão em muitos anos, Xi tentou transformar a mídia e instituições de ensino em veículos para a disseminação de políticas do Partido Comunista. Um analista chamou a campanha de “a mais implacável ofensiva contra a educação terciária desde os anos 1990” e “a Grande Limpeza das instituições de ensino superior”. Lembra bastante o movimento de Mao de “arranque a bandeira branca, hasteie a bandeira vermelha!” entre 1958 e 1960 e revela que a China passa hoje por uma mini reprise da Revolução Cultural pela qual Mao botou o país de cabeça para baixo começando em 1966.¹⁵ Ainda não houve nada comparável em escala e intensidade ao que aconteceu naquela época, quando todas as universidades foram fechadas e extremistas jovens de Mao, a Guarda Vermelha, causaram distúrbios e procuraram humilhar publicamente intelectuais e exilá-los em campos de trabalho forçado. Mas a repressão atual é ruim o bastante e representa um retrocesso em relação à abertura controlada vivida nas administrações imediatamente anteriores à de Xi.

O historiador Xiao Gongqing chama o regime de Xi de “neoautoritarismo 2.0, uma versão melhorada de Deng Xiaoping”.¹⁶ Em sua visão, Xi Jinping está usando os métodos de Mao para trilhar o caminho de Deng. Xi intensificou a pegada ideológica do Partido para evitar o que o historiador chama de “explosão de participação política” que as reformas econômicas de Deng ameaçaram desencadear. Na China, que ao longo do último século desenvolveu uma tradição de populismo revolucionário, o ponto de ebulição é muito baixo. Essa visão acredita que a reforma possa acontecer de maneira suave, e que o Partido Comunista e o Estado podem evitar que a pressão por mudança se torne incontrolável caso permaneçam fortes e em pleno controle. Na visão de Xiao, estadistas reformistas com uma visão de longo prazo sobre como alcançar prosperidade e democracia precisam usar a mão de ferro para manter a participação política sob controle, evitando o problema da reforma que se transforma em revolução e oferecendo ao sistema uma boa perspectiva de pouso suave. Segundo essa análise, o neoautoritarismo é necessário caso a China deseje evitar um desastre durante sua longa marcha em direção a modos e ordens democráticas.

A estabilidade política e a sobrevivência do regime são as maiores preocupações de Xi exatamente porque ele reconhece quão profundo é o descontentamento e o ressentimento enfrentados atualmente pelo partido-Estado comunista da China. A poluição e a corrupção são problemas graves, a desigualdade de renda está aumentando ainda mais e várias tensões sociais estão se acumulando. O PCC é uma vítima tanto de seus sucessos quanto de seus fracassos. Nenhum país pode se modernizar tão rapidamente quanto a China o fez em algumas poucas décadas sem sofrer vastas consequências sociais. Xi assumiu o comando justamente num momento de desaceleração econômica. Aqueles deixados para trás pelas vertiginosas transformações econômicas, já em uma posição desvantajosa para lidar com novos choques, são a maior e mais imediata ameaça à legitimidade do regime com a qual Xi precisa se preocupar. E é justamente esse tipo de gente que está

disposto a protestar erguendo cartazes com frases de Mao.

O controle ideológico de Xi pode ser entendido como uma forma de redução de riscos: ao assumir o poder, ele sabia que estaria diante de tempos difíceis em termos econômicos — e, portanto, com maiores chances de inquietação social —, e estava disposto a fazer tudo a seu alcance para proteger o regime de uma possível desintegração ou queda.¹⁷ A repressão atingiu não apenas os liberais, mas também radicais de esquerda. Xi também bloqueou seus websites, fechando não apenas Utopia e Mao Flag mas também The East is Red, uma importante voz de esquerda que as autoridades silenciaram em maio de 2015. Um blogueiro chamou essa última operação de “um tiro certeiro em quaisquer outros ativistas políticos na China, independentemente de seus objetivos ou ideologia”.¹⁸

Sob Hu Jintao, a manutenção da estabilidade política tornou-se o principal objetivo do regime. Xi apenas intensificou essa tendência. Sua insistência de que “a estabilidade é o mais importante” é um pretexto para “cortar qualquer elemento de instabilidade pela raiz”.¹⁹ A influência ocidental na esfera ideológica é um exemplo desse tipo de elemento. Quando Hong Kong — uma “região administrativa especial” da RPC que supostamente opera sob a política “um país, dois sistemas” — foi palco de manifestações em prol da democracia no final de 2014, Pequim acusou “forças externas” de estar por trás dos protestos. A queda da bolsa de valores chinesa em meados de 2015 também foi atribuída a uma conspiração do Ocidente — dessa vez, supostamente liderada por instituições financeiras dos Estados Unidos, muito embora estrangeiros sejam geralmente proibidos de investir no mercado de capitais chinês. Lin Zuoming, um membro do Comitê Central do PCC e presidente do maior conglomerado aeroespacial e de defesa da China, declarou publicamente que os problemas do mercado eram o resultado de uma guerra econômica velada dos Estados Unidos contra a RPC.²⁰ O objetivo americano, disse ele, era derrubar o PCC e a RPC atacando a economia chinesa.

Essa dramática retórica de medo produz uma sensação geral de paranoia dentro do Partido, de que há um problema iminente e de que os inimigos estão se aproximando de todos os lados. A segurança nacional tornou-se a segurança do regime, que “significa a segurança do partido ou a segurança política”.²¹ Assim, os anos Xi foram testemunhas de uma série crescente de ataques a ativistas e dissidentes políticos, em particular a defensores dos direitos humanos. Em uma única semana em julho de 2015, uma operação policial nacional conduzida pelo Ministério da Segurança Pública deteve mais de uma centena de advogados ligados aos direitos humanos em quinze cidades. Um artigo da Xinhua News Agency, cujo título era “Uncovering the Dark Story of ‘Rights Defense’” [Desvendando a história secreta da ‘defesa de direitos’], disse que a operação tinha como objetivo

*[...] desmantelar um importante grupo criminoso que havia usado a lei como plataforma para chamar a atenção para casos sensíveis, abalando seriamente a ordem social. Esses advogados desafiaram publicamente os tribunais [...] e mobilizaram arruaceiros para reunir manifestantes [...] do lado de fora dos tribunais.*²²

Mas o jurista Stanley Lubman acredita que “o atual ataque [aos advogados ligados aos direitos humanos] é a expressão mais forte e atual até hoje da preocupação das lideranças chinesas com a estabilidade social”.²³

As campanhas de repressão produziram resultados ambíguos. Prisões e propaganda podem intimidar dissidentes: de acordo com uma pesquisa feita em 2014 sobre atitudes políticas de estudantes que participaram de cursos de propaganda ideológica em uma universidade chinesa, “uma determinada quantidade de propaganda pode servir para demonstrar a força de um regime em manter o controle social e a ordem política, dissuadindo cidadãos de desafiar o governo, mes-

mo que o conteúdo em si da propaganda não conduza a uma atitude ou valores pró-governo”. Esses estudantes estavam “mais dispostos a acreditar que o governo é *forte*, mas não acreditavam que o governo era *bom*”.²⁴ Um estudante chinês, retornando de uma pós-graduação em Harvard, concluiu que

[...] líderes chineses podem acreditar que isolar queixas ajude-os a conter o descontentamento da sociedade. Na verdade, apenas produz um vácuo de confiança que, em última medida, enfraquece a própria credibilidade do Partido Comunista.

*Crescentemente, a estratégia do partido de censurar ativamente revela uma ansiedade crescente em relação a sua habilidade de controlar o descontentamento popular. Por trás do discurso grandioso do “sonho chinês” em editoriais de jornais e encontros políticos está um discurso de medo de uma revolução colorida ao estilo pós-soviético.*²⁵

O impacto dos esforços do PCC de retomar o controle sobre a academia tem sido limitado. As universidades oferecem cursos obrigatórios de educação política, mas estudantes e docentes frequentam sem muita atenção e, ao sair, deparam-se com as mesmas realidades econômicas e sociais. As tendências dominantes no ensino superior chinês continuam sendo a internacionalização e a experimentação de diferentes modelos de ensino de humanidades. Na era da internet, ademais, abafar o descontentamento é quase impossível. O regime sabe disso; seu verdadeiro objetivo, portanto, é menos silenciar as críticas do que evitar ações coletivas inspiradas por elas. Como concluiu um estudo sobre censura em tempo real em websites chineses, o propósito da censura era diminuir as chances de ação coletiva rompendo laços sociais sempre que movimentos coletivos estivessem em evidência ou fossem esperados. O regime fez uso intenso de censura online para conter tais ações eliminando discussões associadas a eventos que pareciam poder despertar ações coletivas.²⁶

A campanha de repressão ideológica também apresenta riscos ao regime. Restringir a liberdade online poderia sair pela culatra ao gerar muita indignação e desconfiança. Também poderia frear o desenvolvimento da China, dificultando o acesso de cientistas e empresários a pesquisas e outros recursos online que fazem da internet uma força poderosa para a produtividade e a inovação.

O presidente Xi pode ter estigmatizado valores universais com o rótulo “ocidental” como uma manobra visando disseminar a noção de que a liberdade é, de alguma forma, um valor não chinês. Isso não significa, no entanto, que ele foi capaz de fazer avançar uma alternativa ideológica coerente aos ideais de constitucionalismo, liberdade ordenada, direitos humanos e competição política livre e não violenta. Embora o PCC ainda abrace formalmente o comunismo, o regime tem feito referência cada vez mais frequente ao confucionismo, com sua conveniente ênfase na governança benevolente dentro de uma ordem hierárquica.²⁷ O confucionismo e o comunismo, no entanto, encontram dificuldade em coexistir, uma vez que a ênfase comunista na igualdade vai contra os princípios confucianos de hierarquia.

Embora Xi tenha dito repetidas vezes que os quadros e dirigentes do Partido devessem olhar para as lições e princípios morais oferecidos pela história, o professor Qi Fanhua, da Universidade Renmin da China, alertou que usar a história e a cultura tradicional como guias para uma governança moderna pode acarretar problemas sérios. Um problema inerente na história política chinesa é a ênfase na busca do poder a qualquer custo. Os clássicos chineses estão repletos de histórias sobre como imperadores, cortesãos e outras figuras travaram disputas pelo poder usando às vezes meios insidiosos. Essa característica das tradições clássicas chinesas, observa Qi, conflita com ideias modernas sobre como um Estado deve ser governado. Líderes chineses não podem simplesmente adotar métodos de antigas dinastias prósperas para governar uma sociedade moderna.²⁸ A confusão é claramente demonstrada nos valores socialistas fundamentais lançados

pela administração Xi em 2013 e divulgados por toda a China, que incluíam “prosperidade, democracia, civilidade, harmonia, liberdade, igualdade, justiça, o estado de direito, patriotismo, dedicação, integridade, amizade”. A lista parece mais um emaranhado de palavras — um punhado de coisas boas — do que algo que emana de uma visão política coerente.

Pensadores neautoritários gostam de prever que as reformas podem ser aceleradas caso sejam impulsionadas por um patriarca verdadeiramente resoluto, mas isso pressupõe uma vontade de reformar, e Xi não demonstrou nenhum interesse nesse sentido. Promover uma agenda de consolidação do poder não é a mesma coisa que promover uma agenda reformista. Como observado acima, o historiador Xiao Gongqing está disposto a aceitar a possibilidade de que Xi não possua grandes aspirações em relação à democracia, mas mesmo Xiao fica impressionado com os apelos do presidente pelo aumento do controle governamental e uma volta à ideologia de luta de classes. O autoritarismo 2.0, ao que parece, pode significar mais um prolongamento do autoritarismo por tempo indefinido que a preparação do caminho para uma espécie de transição — ainda que distante e pouco clara — para maneiras mais democráticas de governar.

Notas

1. Suisheng Zhao, “Foreign Policy Implications of Chinese Nationalism Revisited: The Strident Turn”. *Journal of Contemporary China*, v. 22, n. 82, 2013. pp. 535-53.

2. Ver “Leaked Speech Shows Xi Jinping’s Opposition to Reform”. *China Digital Times*, 27 jan. 2013. Disponível em: <chinadigitaltimes.net/2013/01/leaked-speech-shows-xijinpings-opposition-to-reform>.

3. Xiaoping Cong, “Road to Revival: A New Move in the Making of Legitimacy for the Ruling Party in China”. *Journal of Contemporary China*, v. 22, n. 83, 2013. pp. 905.

4. Uma versão em inglês do “Documento Número 9” pode ser encontrada em

<www.chinafile.com/document-9-chinafile-translation>. Sobre as ideias proibidas, ver Raymond Li, “Seven Subjects Off Limits for Teaching, Chinese Universities Told”. *South China Morning Post*, 10 maio 2013. Disponível em: <www.scmp.com/news/china/article/1234453/seven-subjectlimits-teaching-chinese-universities-told>.

5. “Xi: Holding High the Banner of Mao ‘Forever’”. *Xinhua*, 26 dez. 2013. Disponível em: <news.xinhuanet.com/english/china/2013-12/26/c_132998764.htm>.

6. Chris Buckley; Andrew Jacobs, “China’s Maoists Are Revived as Thought Police”. *New York Times*, 4 jan. 2015.

7. Wang Weiguang, “There’s Nothing Wrong With Adhering to the People’s Democratic Dictatorship”. *Qiushi*, 23 set. 2014. Disponível em: <www.qstheory.cn/dukan/hqwg/2014-09/23/c_1112586776.htm>; “We Must Maintain the Party’s Leadership of Political and Legal Work”. *People’s Daily*, 9 jan. 2014. Disponível em: <paper.people.com.cn/rmrb/html/2014-01/09/nw.D110000renmrb_20140109_2-01.htm>.

8. Qian Gang, “Reading Chinese Politics in 2014”. *China Media Project*, Universidade de Hong Kong, 30 dez. 2014. Disponível em: <cmp.hku.hk/2014/12/30/37469>.

9. As citações são minha tradução de “Ministry of Public Security Will Establish Cybersecurity Police Station in Major Websites and Internet Enterprises”. *Xinhua*, 4 August 2015. Disponível em: <politics.people.com.cn/n/2015/0804/c1001-27410883.html>.

10. Murong Xuecun, “Scaling China’s Great Firewall”. *New York Times*, 17 ago. 2015.

11. Para uma versão em inglês da carta aberta do *Liaoning Daily*, ver David Bandurski, “College Teachers Must Be More ‘Positive’”. *China Media Project*, Universidade de Hong Kong, 15 nov. 2014. Disponível em: <cmp.hku.hk/2014/11/15/37149>.

12. Sobre o “Documento Número 30”, ver Chris Buckley; Andrew Jacobs, “Maoists in China, Given New Life, Attack Dissent”. *New York Times*, 4 jan. 2015. Disponível em: <www.nytimes.com/2015/01/05/world/chinas-maoists-are-revived-as-thought-police.html>. A citação do “Documento Número 30” é uma tradução feita pelo autor a partir do original, que pode ser encontrado em <news.xinhuanet.com/politics/2014-12/29/c_1113818177.htm>.

13. As citações são minhas traduções de Yuan Guiren, “Teachers in Higher Education Must Hold on the Basic Line”. *Xinhua*, 29 jan. 2015. Disponível em: <news.xinhuanet.com/politics/2015-01/29/c_1113818177.htm>.

xinhuanet.com/2015-01/29/c_1114183715.htm>.

14. Cao Siqi, "Schools Check Foreign Textbooks". *Global Times* (Beijing), 18 mar. 2015.

15. Ting Wang, "A Mini Cultural Revolution Is Storming Mainland Campuses". *Hong Kong Economic Journal*, 6 fev. 2015. Disponível em: <www.ejinsight.com/20150206-mini-culturalrevolution-storming-mainland-campuses>.

16. Xiao Gongqin, "From Deng Xiaoping to Xi Jinping". *Ifeng.com*, 8 dez. 2013. Disponível em: <news.ifeng.com/exclusive/lecture/dxwosalon/xingaige/xiaogongqin.shtml>; "Reflection on the First Two Years of Xi Jinping's New Deal". *21ccom.net*, 13 jan. 2015. Disponível em: <www.21ccom.net/articles/china/ggcx/20150109118739_all.html>.

17. Jinghan Zeng, "The Debate on Regime Legitimacy in China: Bridging the Wide Gulf Between Western and Chinese Scholarship". *Journal of Contemporary China*, v. 23, n. 88, 2014. pp. 620.

18. Wen Jian, "China Shuttters Maoist Website Citing 'Ideological' Problems". *Radio Free Asia*, 9 maio 2015. Disponível em: <www.rfa.org/english/news/china/maoist-05092014110854.html>.

19. Yan Xiaojun, "Patrolling Harmony: Pre-Emptive Authoritarianism and the Preservation of Stability in W County". *Journal of Contemporary China*, v. 25, n. 99, 2016. pp. 406-21.

20. Minha tradução de Li Shuping, "CEO of the Aviation Industry Corporation of China Talks About the Whole Process of Saving the Stock Market". *Panpai News*, 19 jul. 2015. Disponível em: <www.thepaper.cn/newsDetail_forward_1354200>.

21. David M. Lampton, "Xi Jinping and the National Security Commission: Policy Coordination and Political Power". *Journal of Contemporary China*, v. 24, n. 95, 2015. pp. 770.

22. As citações são minha tradução de Huang Qing Chang; Zou Wei, "Uncovering the Dark Story of 'Rights Defense'". *Xinhua*, 11 jul. 2015. Disponível em: <news.xinhuanet.com/politics/2015-07/11/c_128010249.htm>.

23. Stanley Lubman, “After Crackdown on Rights Lawyers, China’s Legal Reform Path Uncertain”. *Wall Street Journal*, 31 jul. 2015. Disponível em: <blogs.wsj.com/chinarealtime/2015/07/31/after-crackdown-on-rights-lawyers-chinas-legal-reform-path-uncertain>.
24. Haifeng Huang, “Propaganda as Signaling”. *Comparative Politics*, v. 47, n. 4, July 2015. pp. 419-38. Disponível em: <dx.doi.org/10.2139/ssrn.2325101>.
25. Helen Gao, “China Sharpens Its Censorship Blade”. *New York Times*, 2 fev. 2015.
26. Gary King; Jennifer Pan; Margaret E. Roberts, “How Censorship in China Allows Government Criticism but Silences Collective Expression”. *American Political Science Review*, v. 107, n. 2, May 2013. pp. 1-18.
27. Shufang Wu, “The Revival of Confucianism and the CCP’s Struggle for Cultural Leadership: A Content Analysis of the People’s Daily, 2000-2009”. *Journal of Contemporary China*, v. 23, n. 89, 2014. pp. 971-91.
28. Zhou Dongxu, “China Prepares ‘Traditional Culture’ Textbooks for Its Officials”. Caixin Online, 18 jun. 2015.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação iFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Conjuntamente com vinte e um centros de pesquisas associados, localizados em onze países da América Latina, realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Relações Internacionais:

<http://plataformademocratica.org/portugues/relacoes-internacionais>

Meios de Comunicação:

<http://plataformademocratica.org/portugues/meios-de-comunicacao>

Sociedade Civil:

<http://plataformademocratica.org/portugues/sociedade-civil>

América Latina:

<http://plataformademocratica.org/portugues/america-latina>

Bibliotecas virtuais:

Democracia

<http://plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

Sociedade de Informação

<http://plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>